

TERRITÓRIO, DISCURSO E IDENTIDADE: INCURSÕES SOBRE O POVOAMENTO NO BICO DO PAPAGAIO-TO

Territory, Discourse and Identity: incursions into settlement in Bico do Papagaio

Elias da Silva¹
Elzimar Pereira Nascimento Ferraz²

Resumo

A constituição dos grupos sociais no desenvolvimento histórico da humanidade está intrinsecamente relacionada com a tríade: território, identidade e discurso, através de traços culturais de comunicação e adaptação. Nesse sentido, o texto aborda aspectos do processo de povoamento na região do Bico do Papagaio. Nossa metodologia contemplou uma revisão bibliográfica interdisciplinar que a tríade sugere. Destarte, algumas características da ocupação deste território, como a posse da terra livre para o trabalho, demanda a apropriação do território numa ordem que vincula a terra da produção à residência, à convivência e as práticas socioculturais, resultando em última instância na construção identitária que se alimenta de valores humanitários. Cabe considerar a incerteza das famílias manterem a tradição da propriedade da terra na cultura de raiz camponesa, pois estão cada vez mais impactados pela roupagem da sociedade tecnológica; inseridos num processo de transição iniciado desde a década de 1960, no então estado de Goiás e cada vez mais forte a partir da década de 1980 com a criação do Tocantins. No entanto, acreditamos que os nortenses do Estado do Tocantins possuem a marca indelével de serem originalmente sertanejos, e, nem mesmo os possíveis avanços tecnológicos e/ou econômicos apagarão esta historicidade.

Palavras-Chave: Cultura Camponesa. Terra. Família.

Abstract

The constitution of social groups in the historical development of mankind is intrinsically related to the triad: territory, identity and discourse through cultural lines of communication and adaptation. In this sense, the text treats aspects of the settlement process in the region of Bico do Papagaio. Our methodology contemplated an interdisciplinary literature revision which the triad suggests. Thus, some features of the occupation of this territory, as ownership of free land to work, demand the appropriation of territory in an order that links the land of the production to the house, to the coexistence and sociocultural practices, ultimately resulting in identity construction that feeds on humanitarian values. It is worth considering the uncertainty of the families to keep the tradition of land ownership in the culture of peasant. They are increasingly impacted by the technological society and inserted in a transition process initiated in the 1960s, in the state of Goiás and became stronger in the 1980s with the creation of Tocantins. However, we believe that the people from the north of the State of Tocantins have the indelible mark of being originally sertanejos, and the possible technological and/or economic advances will not erase this historicity.

¹ Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Tocantins-UFT. Líder do Grupo de Pesquisa Território, Cidade e Rede.

² Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Tocantins-UFT. Membro do Grupo de Pesquisa EDURURAL.

KeyWord: Peasant Culture. Earth. Family.

Introdução

A ocupação territorial no norte do Estado do Tocantins nos permite incluí-la no contexto da produção territorial do Brasil que até meado do século XIX foi marcada pela posse da terra, fato modificado com a Lei de Terras, em 1850, que instituiu a propriedade da terra mediante a aquisição, tornando-a uma mercadoria. A partir daí iniciaram-se as disputas e os conflitos por terras devolutas concebidas como meio de sobrevivência.

Procurando compreender essa problemática, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a ocupação da terra relacionada à construção da identidade no Bico do Papagaio³. Assim, apresentamos autores de linhas paradigmáticas variadas, ou seja, autores a exemplo de Ratzel (1990) e Bourdieu (1999), que embora pertençam a paradigmas diferentes, podem ser aproximados na nossa concepção de ideias sobre território, discurso e identidade, procurando enfatizar que há uma relação recíproca da tríade apresentada.

Essa tríade sugere apreender a complexidade sócio-territorial. Também possibilita a construção do próprio arcabouço teórico/metodológico, cuja intencionalidade e concretização devem levar a uma aplicação plausível que atenda às nossas prerrogativas. Nesse sentido, a luta pela posse da terra traz implícitos elementos de ordem material e imaterial, esses últimos não menos importantes, sobretudo quando se trata de grupos sociais tradicionais da sociedade brasileira.

As populações do Bico do Papagaio em seu cotidiano trazem implícitos elementos que indicam práticas de uma cultura e identidade focadas na convivência, de elos familiares fortes e de festividades no âmbito da produção, expressando gestos de agradecimento pelas dádivas da terra, sugerindo o caráter místico.

³ A denominação Bico do Papagaio é popularizada, no entanto não é institucionalizada. Na obra de Ferraz (2000) aparece um mapa da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) com a compartimentação do estado do Tocantins em zonas, e a primeira delas chamava-se Zona do Papagaio, e é composta por vinte e dois municípios, pois não constavam os municípios de Santa Terezinha, Luzinópolis e Aguiarnópolis. Atualmente a SEPLAN, bem como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não possui um mapa especificando esta região. Diferentes obras apresenta a região do Bico do Papagaio como uma vasta região incorporando outros municípios da região norte. No entanto, a Associação dos Municípios do Bico do Papagaio (AMBIP) apresenta vinte e cinco municípios, sócios e não-sócios pertencentes a essa região. Atualmente a região compreende do Sul para o Norte todos os municípios a partir da cidade de Darcinópolis até Esperantina. É uma região composta por municípios com pequena densidade populacional e as características culturais como o modo de falar, a culinária, os tipos de dança e a música aproximam-se consideravelmente com as da cultura paraense e maranhense, além de alguns costumes do Piauí.

O desenvolvimento do texto está organizado em dois momentos: num primeiro momento procuramos minimamente aproximar teoria e realidade tocantinense. No segundo momento contemplamos alguns apontamentos da questão da posse da terra na região do Bico do Papagaio, finalizando com considerações numa perspectiva de futuro aprofundamento.

Território, Identidade e discurso em um contexto geral

Ao considerarmos os primórdios da humanidade, percebemos que a identidade não se forma sem uma base de solidificação na qual os grupos humanos constroem elos. Um desses elos é a língua, a qual é formada na íntima relação do ser com a natureza. Foram atribuídos inúmeros signos e representações viabilizando a consolidação dos agrupamentos humanos com base nas diferentes dimensões físicas do cotidiano: a terra para cultivo, a caverna como abrigo, a água, as plantas e os animais como alimento, os fenômenos de ordem sobrenatural na busca dos pontos estratégicos de convivência para as guerras ao longo do processo de povoamento do mundo.

Nessa perspectiva, consideramos a língua como base da identidade. Na língua está a dimensão física, fixa ou móvel, permitindo quaisquer construções de conhecimento no âmbito das identidades. Para os povos itinerantes o território teve caráter móvel ou instável devido à condição nômade, em relação aos povos sedentários. O território foi condição de estabilidade. O próprio caráter de nomadismo ou sedentarismo está ligado ao desenvolvimento social de cada povo, na maioria dos casos, o solo é substrato do desenvolvimento, ou seja, o estágio de nomadismo na história da humanidade denuncia o próprio processo de fixação: na medida em que os recursos eram mais generosos, a sociedade avançava; em contrapartida, os recursos eram esparsos, o desenvolvimento era retardado (RATZEL, 1990).

Ratzel (1990) é enfático ao afirmar sobre as necessidades básicas dos grupos humanos: alimentação, moradia e as relações de afetividade colocando-as na íntima relação com o solo, sobretudo, por identificar a família na base dos grupamentos humanos, ou seja, a família como uma espécie de micro escala de produção e organização política e sociológica. Desde a idade antiga até o estado moderno a família é um elemento basilar do Estado

A família é a primeira e a principal de todas as instâncias formativas e, ao mesmo tempo, mediadora das diversas instâncias no campo da sociabilidade, considerando que o processo de socialização do indivíduo começa ao nascer e termina ao morrer. Assim, normalmente, concebemos que os laços familiares induzem as pessoas à cumplicidade durante

toda uma existência. Entretanto, conceituar família pela consanguinidade entre as pessoas não é suficiente, pela amplitude do conceito atualmente.

Na concepção de Bourdieu (2010, p.124), a definição dominante de família está diretamente relacionada a um conjunto de palavras. Entre elas, casa, unidade doméstica e lar. Logo, “a família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação)”. No entanto, Bourdieu (2010) adverte sobre a visão de família difundida: um conjunto de palavras usadas, mais na ficção que na realidade. Para esse autor, há pelo menos três diferentes representações, ou conjunto de propriedades, designadas à família. Assim, a família assume uma dimensão corpórea, representativa de seus membros; um universo arredado da sociedade, como o lugar do sagrado; e da residência como lugar inalterado. Pelo discurso familiar, a casa doméstica possui um modo próprio de pensar e de fazer escolhas.

As relações sociais são construídas por princípios familiares. A família reproduz uma ordem social, com categorias objetivas e subjetivas, em sua função social de estrutura estruturante e estrutura estruturada, na qual incorpora o indivíduo no coletivo. Essa engrenagem cria a aparência naturalizada da instituição familiar. Para Bourdieu (2010), a família é o lugar da reprodução social, pois o significado universal da palavra família não se materializa, de maneira que os membros de uma família convencional tornam-se privilegiados, em detrimento de outros, em condições sociais desfavoráveis. As relações familiares reproduzem as relações sociais, e estas reordenam as relações familiares. A família, portanto, é uma construção social, legitimada pelo Estado, pelos atos constitutivos de identidade, que produzem e reproduzem os meios, para preservar as forças, ou ação. Assim, a vida privada recebe ações públicas do Estado, o que modifica a realidade coletiva.

O modo de organização familiar é histórico e se inicia com formação da família nuclear, unidade de reprodução da espécie humana, em virtude da união de um casal heterossexual. Esse modelo de família elementar, ao longo da história, sofreu grandes transformações. Com o avanço do modo de produção capitalista, a família transformou-se, pois a mãe saiu de casa para trabalhar, os filhos foram para instituições como as creches. Aliados a esses fatores, o divórcio e a homossexualidade alteram o que concebemos como modelo familiar.

Nessa linha de raciocínio, entendemos que ao longo do processo social a organização do território foi se tornando complexa, compreendendo o conjunto da produção sócio-

territorial, impactando na própria forma de comunicação na esfera das linguagens. A organização territorial vai se tornando complexa à proporção que também acontece o progresso nos campos das normas, do trato em relação ao uso do solo, e assim, num panorama, às trocas culturais. A evolução dos povos, compreendendo o próprio adensamento de conhecimentos nas esferas da língua, cultura, ciência e tecnologia e formas de gestão do território, é fundamentada no próprio discurso, uma vez que também o alimenta e o transforma no elo comum de identificação.

O desenvolvimento, nessa prerrogativa, sempre esteve alicerçado na comunicação identitária comum de um povo que na busca pela dominação dos territórios de outros povos, não o fez sem a necessária ideologia, esta como a legitimidade no ato de dominar e influenciar povos próximos ou alhures. Defendemos ser este o panorama de evolução da tríade proposta neste texto. Tríade esta, uma vez assumida com base no discurso, alimentada pela ideologia em forma de espiral, considerando o processo evolutivo da mesma.

A questão do território, discurso e identidade aproxima-se da base teórica de Bourdieu (1999), em o *Poder Simbólico*, no qual desenvolve o conceito de *habitus* como campo de construção de identidades no interior dos diversos grupos sociais. O *habitus*, assim, torna-se o norte prático de um determinado grupo humano nutrido no seu cotidiano pela comunicação comum, simples ou complexa, dependendo do nível sócio/educacional e cultural alimentados por meio do discurso. Assim, na relação de um grupo social com seu território, ou seja, nos espaços de construções coletivas, são efetivados, sejam nas práticas de sociabilidades como lazer, eventos festivos, religiosos, escolhas de representantes políticos, seja na luta pelo direito a terra e até mesmo nas práticas de cultivo da terra, por exemplo: mutirões de limpeza da roça, um sistema comunitário que exclui a premissa do dinheiro como pagamento pelo trabalho de outrem no processo de produção.

Na leitura do Poder Simbólico de Bourdieu o conceito de *habitus* é assumido cotidianamente sob um discurso e uma prática comuns. Esse poder simbólico é exercido, sobretudo, na esteira da consagração de um mito que transcende a mera imagem do humano, atingindo a dimensão da transcendentalidade. Assim, entendemos que no campo do poder simbólico cabe a dimensão da subjetividade que fortalece o próprio discurso entre os comuns e iguais que se identificam cujo universo da identificação é construído, consolidado e apropriado primeiro coletivamente, e depois individualmente. A certeza do pertencimento é assim posta no universo da identidade e do discurso de um grupo social sobre o território.

A identidade não é uma dimensão explícita ou imposta por outrem sem o consentimento de quem a assume. Ela é sedimentada pelo discurso que expressa e divulga a condição de pertencimento territorial. Com base neste pertencimento os indivíduos deixam a condição de indivíduos em prol da condição de grupo ao qual pertence. Por sua vez, o território pensado numa concepção ontológica está sempre na base de reunião física de um grupo social, assumindo, neste sentido, a dimensão epistemológica, embasamento este, buscado no próprio Ratzel (1990), para quem não é possível a sociedade humana firmar qualquer empreendimento prescindindo dessa base física: a casa, as plantações, as cidades são obras humanas fincadas no chão. Mesmo pensando nas grandes naves espaciais que orbitam o espaço sideral, nenhum movimento lhes seria atribuído sem as plataformas terrestres. A teoria da Antropogeografia desse clássico da ciência geográfica se firma e se sustenta com forte adesão até os dias atuais, com base nesses princípios.

A busca de embasamento teórico associando Ratzel (1990) e Bourdieu (1999) é pertinente, pois mesmo Bourdieu contemplando seu raciocínio no campo do Poder Simbólico dentro do qual o *habitus* representa o espaço de construção de identidade alimentada no discurso, há uma base real, portanto, material, como afirma ao contemplar os sistemas simbólicos, ou seja, as estruturas estruturadas num caráter mais instável a cada produção simbólica é sedimentada no interior dos segmentos sociais. Se por um lado a língua, por exemplo, funciona como uma dessas estruturas estruturadas, a materialização inerente à sua evolução incorporará o caráter simbólico.

Em outras palavras, isso nos permite afirmar que o discurso, como materialização da fala, é empírico, seja na moradia, na terra para trabalho. A comunicação no âmbito da experiência, espaço e tempo conduz a feitura da prática guiada pela reflexão/ação sendo fundamentais na concepção e construção das formas sociais que significam o movimento das conquistas. A ideia de poder simbólico aproxima-se como poder de construção da realidade estabelecendo uma ordem gnosiológica, qual seja a ordem de sentido do mundo do grupo social estando aí implícito o comportamento consensual. Os símbolos, a linguagem, por exemplo, são instrumentos de integração social que transformados em discurso dão sentido ao mundo, cuja reprodução está implícita na ideia de território, pois a produção e a reprodução só se realizam com base nas apropriações e posses efetivas.

Na perspectiva de aplicação do *habitus* para além dos campos das artes, religião e comunicação, é pertinente o poder simbólico associado à teoria de Ratzel (1990), numa visão clássica do tripé: povo, território e Estado que juntos compõem símbolos nacionais do Estado

Moderno. Símbolos como hino nacional e bandeira representam a identidade, o discurso e o território. Em países como o Brasil, por exemplo, esses símbolos exercem muito mais a unificação que a unidade do povo, uma vez que, como considera Moraes (2008), a elite tem priorizado muito mais a construção de um território unificado para o capitalismo global que a de sentimento de nação e nacionalidade, ou seja, priorizam-se muito mais projetos emergenciais que um projeto de nação, de país. Nesse sentido, o Brasil sendo um país refém de sua elite ávida pela ganância privilegiou o crescimento econômico/territorial em todos os períodos da sua história, em detrimento do desenvolvimento da nação.

Território, Identidade e discurso são assim elementos, no âmbito dos quais, podemos tecer considerações tanto em escala nacional como local. Em tempos de globalização, cujos marcos importantes são: a queda do muro de Berlim e a valorização multicultural, o lugar se reveste de grande importância, pois contém o global ao mesmo tempo em que o alimenta e o permite explicá-lo, conforme afirma SANTOS (1996). Para o referido autor, a categoria lugar se aplica ao país, uma vez que dita normas que regulam as ações dos agentes hegemônicos da globalização, o que significa afirmar que qualquer formação identitária e de discurso, a partir do Estado Moderno, deve ser gestada no interior do Estado Nação. Neste sentido, tecemos algumas considerações à realidade tocantinense, particularmente sobre o Bico do Papagaio, como possibilidades, ou proposições para aprofundamentos num enfoque mais direto à questão da posse e da propriedade da terra.

Terra e povoamento no Bico do Papagaio

Quanto ao povoamento no Bico do Papagaio recorreremos à literatura de Audrin (1963), pois a mesma descreve características desta região na primeira metade do século XX. De acordo com o autor acima citado, o território sertanejo, além de imenso, apresentava diversas dificuldades de comunicação em virtude da longa extensão de terras desabitadas, e era transitado no lombo de burros nos períodos de seca e nos períodos chuvosos (independente da época do ano). Segundo Audrin (1963, p. 92), “[...] Viaja-se a pé, em costas de animais, em barcos vagarosos e sempre por caminhos ásperos, por rumos incertos”, uma viagem prolongava-se por meses.

As viagens por terra ou por vias fluviais aconteciam por uma necessidade inerente à vida sertaneja: a busca por distração, por negócios (vender ou trocar algo), para procurar gado sumido, para ir ao encontro de empréstimo a receber, por um costume religioso, enfim, as

causas para ficar ausente da residência por uns dias eram variadas. Na visão de Audrin (1963), o tempo não tinha importância para a vida sertaneja.

Quanto à mentalidade e costumes sertanejos, Audrin (1963, p. 105) retrata a fisionomia do sertanejo com os dotes físicos, o espírito de observação e as aptidões artísticas como um “conjunto de elementos em que o goiano, o baiano, o piauiense, o cearense, o maranhense e o paraense se mesclam com descendentes de negros das minerações e principalmente de índios.” Conseqüentemente os traços físicos eram difíceis de caracterizar. No entanto, além do gosto artístico, a resistência física era uma qualidade comum ao povo sertanejo, mesmo com uma dieta mínima. Nas palavras de Audrin (1963, p. 44), “só homens de coragem podem enfrentar a vida nos sertões.” Além disso, existia uma singularidade atribuída para aquela determinada gente, pelas qualidades e dons específicos daquele povo.

As relações sociais eram mantidas basicamente pelas trocas de tarefas, seja na derrubada da roça, na colheita, ou mais detidamente na atenção no momento de luto, posto que era comum os vizinhos ficarem toda a noite velando o corpo do falecido (fazendo sentinela). No entanto, adverte Audrin (1963, p. 160): “o que o sertanejo não gosta de emprestar são os instrumentos de trabalho, muito menos armas e menos ainda os animais.” Tal fato seria devido a esses utilitários serem indispensáveis na lida diária, além de outros motivos pessoais. Estes aspectos históricos da constituição formativo-cultural do Bico do Papagaio faz uma alusão aos hábitos alimentares tradicionais na tentativa de visualizar movimentos do rural tradicional presentes na formação dos povoados pesquisados, como uma das características do *habitus* formativo, destacando as questões relacionadas à vida doméstica. Além disso, a relação entre sujeitos e território está carregada de ações dotadas de valores pela identidade e cultura sertaneja.

A ocupação da região do Bico do Papagaio pode ser interpretada como a chegada de sertanejos vindos de outros sertões para ocupar terras no extremo norte de Goiás. Os laços familiares impulsionaram famílias a deixarem os lugares de origem. Na contumácia de encontrar recursos materiais residiram em outras terras em busca de cultivá-las, coletar coco babaçu e praticar comércio de peles e alimentos. Essa região, no século XX, por mais de cinco décadas era quase exclusivamente rural.

Esta área geográfica, conhecida como Bico do Papagaio, recebe tal denominação por ser uma expressão alusiva ao desenho do mapa do Estado do Tocantins que sugere o formado da parte do pescoço, cabeça e bico de uma ave chamada papagaio. Isso também nos parece um elemento simbólico na relação identitária dos segmentos sociais ligados à terra e à

natureza. Cabe destacar que essa região, antes da criação do estado em 1988, pertencia ao extremo norte de Goiás. É uma região que ultrapassa os limites territoriais, abrange, além do Tocantins, parte territorial de estados limítrofes pelas características de vegetação como os babaçuais e aspectos culturais e físicos. Ferraz (2000, p. 111) expõe sobre essa abrangência:

A região conhecida como Bico do Papagaio deve ser compreendida não apenas pelo espaço geográfico entre o baixo Araguaia e o Tocantins, mas por uma vasta região de entorno, também conhecida como Amazônia Oriental. Área correspondente ao norte do Tocantins, sul do Pará e oeste do Maranhão, é também chamada de região tocantina.

A afirmação acima incorpora a questão da identificação do Tocantins com as regiões nordeste e norte do Brasil as quais remontam a décadas antepassadas. Já no início do século XX, os nortenses, como eram chamados os goianos dessa região, tinham a pecuária como principal atividade econômica. Ao explicar sobre a economia goiana no norte de Goiás, Campos (2002, p. 35-36) afirma que “[...] a região Norte, não possuindo senão os rios como meios de comunicação – potencial inexplorado – tinha apenas o gado que se auto transportava.” Esta atividade de criação de gado foi uma das causas responsáveis pelas ocupações definitivas de fundadores de algumas importantes cidades ribeirinhas.

No texto de Bernardo Mançano Fernandes (s/d) “Brasil: 500 anos de luta pela terra” além dos aspectos objetivos da luta política pela posse da terra, há que se observar aspectos subjetivos, o que indica um discurso de identidade, sociabilidade e religiosidade. Os que transpõem à luta pela terra o desafio da felicidade pautam-se no princípio da liberdade da vida em seu sentido amplo e superam a simples visão capitalista e de mercado. Ao referir-se ao longo processo de luta pela terra, que na verdade embasa e amplia a reforma agrária, Fernandes (s/d p. 01) afirma:

(...) Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições.

A identidade coletiva de sujeitos que lutam com idealismo pela posse da terra gera um processo diferenciado de luta. Reportando à história, Fernandes afirma que o momento de constituição do trabalho livre no Brasil, combinando a institucionalização do cativo da terra com a chegada dos imigrantes, no qual o ex-escravo na condição de trabalhador livre busca a “terra prometida”. A princípio o Quilombo é uma nova e necessária perspectiva identitária sobre a produção e reprodução socioterritoriais. O cativo da terra, como coloca José de Souza Martins (1990), levou à busca pela posse da terra num peso extremamente desigual,

pois a burguesia passou a dominar a terra pelo poder econômico e político, enquanto os camponeses se sintonizaram no direito adquirido pelo trabalho sobre ela. Em função desse confronto gerou-se um eterno movimento migratório em busca de uma espécie de “terra prometida”, uma vez que os camponeses sempre eram expulsos por supostos donos, proprietários grileiros. De acordo com Fernandes (s/d p. 03), este processo desigual acontecia da seguinte forma:

(...) os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. (...) Assim, os grileiros-verdadeiros traficantes de terra-formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados.

Nesse contexto de exploração, a migração torna-se uma questão de sobrevivência e resistência, ao mesmo tempo em que visa alimentar a distância da cerca e do cerco do latifúndio. Para Martins (1990), lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários, sendo senhores absolutos, dominavam a terra e a vida dos camponeses.

O que impulsiona o atual projeto nacional de Reforma Agrária é o longo processo dos movimentos na luta pela terra, no âmbito dos quais os movimentos messiânicos foram a maneira necessária para alimentar o discurso realista na atualidade, apesar do combate burguês. É nesse contexto que se consolida ao longo do tempo uma base nacional de organização política com contornos diferentes. Fernandes (s/d p. 05) sinaliza, em última instância, o sentido de um discurso e uma identidade que tem na terra livre para o trabalho seu fim último.

A forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcavam os espaços políticos da revolta camponesa. Eram consequências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas localizadas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil.

O processo de exclusão/inclusão à terra pode ser visualizado a partir dos anos de 1960 com a presença da Igreja, fundamentada na Teologia da Libertação. A igreja tem participado na formação da identidade e do discurso, dois elementos importantes na compreensão da posse da terra para o trabalho, opostamente à terra como mercadoria e pela

exploração humana. Conforme Fernandes (s/ds), a Igreja assumiu o discurso da Teologia da Libertação ao lado dos camponeses ou posseiros expulsos, Fernandes (s/d p. 08) coloca:

No começo dos anos 60, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base - CEB's. Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, A Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra -CPT. Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar.

Um possível discurso que fomentou a identidade dos comuns em busca da terra como filosofia de vida, livre das pressões do modelo capitalista, está presente nos interstícios cotidianos dos camponeses. Lutas às quais, a Igreja aderiu assumindo um discurso transcendental com base na posse da terra, numa ideia de componente espiritual que pode ser resgatado na mensagem libertadora do Evangelho pregado por Cristo. O autor coloca o contexto, a partir do qual a Igreja no Brasil toma partido na luta dos camponeses, somada à adesão de sindicatos, o que acabou fomentando uma espécie de identidade de discurso, resultando finalmente no surgimento e fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, como garantia das reivindicações para a Reforma Agrária. Conforme Fernandes (s/d p. 09):

O processo de territorialização do MST aconteceu por meio da construção do espaço de socialização política. Nas periferias das cidades, os sem-terra organizados realizaram levantamentos das realidades da luta pela terra nos municípios. Com o apoio da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Partidos Políticos, reuniram as famílias para refletirem sobre suas vidas e as perspectivas de vida e trabalho. Formam organizações locais, analisaram as conjunturas políticas por meio da construção de conhecimentos e tomaram decisões para transformar os seus destinos. Esses trabalhos foram feitos pelos próprios sem-terra, que têm na experiência de vida, a história da luta. Dessa forma, dimensionam os espaços de socialização política e os transformam em espaços de luta e resistência.

A saga dos 500 anos na luta pela terra, traçada por Fernandes, inclui o atual Movimento dos Sem Terra que pode ser exemplificada ao abordarmos a região do Bico do Papagaio e deve ser concebida numa verdadeira trajetória explicitamente ancorada na práxis política dos excluídos da terra e do território, mas que carrega implicitamente a dimensão subjetiva da fé em busca da “terra prometida” para a vida plena e livre do opressor. Assim, a dimensão política é o ato de tomar decisão e agir, enquanto a dimensão da fé é a certeza de

que o ato de decidir e agir terá como resultado o produto final: a terra, na qual será permitido viver dignamente. Neste contexto abordado, consideramos o Bico do Papagaio uma área marcada pela luta em busca de terra livre para trabalho, com um forte componente identitário assumido pelos atores e apoiado por uma parte da Igreja com base no discurso da Teologia da Libertação, incluindo no contexto de luta, figuras importantes assumiram, tornando-se mártires, a exemplo do Padre Josimo.

Nesta questão agrária no Bico do Papagaio, segundo Lira (2011), o maior número de mortos ocorreu no período entre 1975 e 1986. Neste momento a repressão militar estava a serviço dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros que visavam grandes lucros com a exploração dos recursos naturais e o domínio de grande concentração de terras. Ao abordar o latifúndio relacionado ao poder político, Lira (2011, p. 135) destaca a região do Bico do Papagaio “como uma das mais violentas do país, no que diz respeito à questão da terra.” Em meados da década de 1980, os movimentos sociais do campo fortaleceram manifestações em prol da Reforma Agrária, acirrando ainda mais os conflitos de terra.

Na literatura sobre os movimentos nacionais na luta pela terra, verificamos que na maioria das vezes os movimentos de posse da terra nessa região têm uma relação de fuga ao repudiar o modelo agroexportador do nordeste e do centro sul. O capitalismo modernizador, na tentativa de “aprisionar” os trabalhadores para o trabalho monopolizado nas mãos dos capitalistas se deparou com movimentos para essa região que trazem a marca da terra livre para trabalho.

Sabemos que a região do Bico do Papagaio vem passando por fortes transformações nas últimas décadas, sobretudo com o advento da construção de rodovias importantes como a Belém Brasília, a Transamazônica. Com a criação do estado do Tocantins no final da década de 1980, a modernização do campo tem dado sinais de aceleração e a questão que deve nos incomodar no momento, a qual não é possível respondê-la por hora, é em que medida se pode verificar as transformações mais recentes no âmbito da modernização agrária nessa região e em que medida elas estão impactando os estilos ou filosofias de vida das comunidades ou povoados, ou pequenas cidades no sentido das crenças, valores e práticas, verificando, em última instância, em que medida a tríade: identidade, discurso e território significam ainda uma base comum no sentido de resistência ao impulso modernizador que se adensa a cada instante.

Neste sentido, a terra como razão maior da organização é de Deus e não dos homens e todas as ações efetuadas são repletas de significados, numa organização em forma de

totalidade, por exemplo: toda a organização socioterritorial é empreendida interconectando ou não separando componentes: família, terra e trabalho. Os valores impressos na organização socioterritorial primam pela ética traduzida em qualidade, na qual os bens adquiridos são bens culturais, pois são produtos de uma singularidade inspirada em valores de uma organização familiar. Por fim, uma organização dessa natureza se torna mais forte em certas situações e momentos de crise, por exemplo, quando acontece a expansão da fronteira capitalista que atingiu o Bico do Papagaio nos anos nos anos 40 e 50, significando compreender o processo de fuga para essa região em busca de terra livre para trabalho.

Tecendo considerações

A região do Bico do Papagaio vive um momento de transição entre a fronteira moderna capitalista e as resistências dos segmentos socioterritoriais que ainda vivem alimentados na herança da conquista da terra livre para trabalho. O processo de transição para o capitalismo moderno ainda não teve êxito total graças exatamente à herança dos movimentos de resistência e por ter sido uma região de encontro e confronto entre várias influências culturais, inclusive indígenas. Assim, o conflito pela conquista da terra é evidente, aflorando com mais intensidade o desejo de resistência por parte dos segmentos nortenses que melhor conviveram com as culturas nativas.

A questão da posse da terra no Bico do Papagaio no viés da subjetividade religiosa, independente do credo, carrega o imaginário da “terra prometida”, numa alusão à própria saga do povo israelita narrada na Bíblia. Nesse aspecto, a formação populacional deste território, antigo extremo norte do estado de Goiás isolado pela política dos governos federal e estadual não participou efetivamente do processo de colonização por paulistas e mineiros vindos como ocorreu na parte sul. Ao contrário disso, teve a formação da população composta de tropeiros, posseiros, fazendeiros e garimpeiros. A região passou a ser lugar do homem comum, do homem simples. Mesmo com o passar do tempo, o lugar de outrora é lembrado na travessia pelo universo rural, como quadros que surgem da memória dos pioneiros que migraram de outras paragens e trouxeram sua bagagem educacional.

Como toda realidade é dinâmica, é preciso acompanhar a própria evolução da posse da terra no extremo norte do Tocantins, dado o momento de transição que afirmamos. Nesse sentido pontuamos questões como o papel da cultura popular e tradicional, a modernização em caráter amplo: campo, cidade, economia, família e migração, consumo, educação, bem como o campo político no âmbito do Estado, das associações e da Pastoral da Terra. Com

base na verificação desse leque de questões poderemos mensurar ou pelo menos ter uma ideia do sentido da relação território e humanidade. Esses aspectos da vida nortense trazem implícitos valores, crenças e práticas que concebem os diversos lugares na dimensão da totalidade da vida expressa muito mais pela qualidade de seus elementos constituintes que da quantidade, o que significa afirmar o sentido completo da terra, o qual não pode ser desvencilhado da moradia, do espaço de convivência, do ponto de reunião para as cerimônias, das festas e lazeres etc.

Neste sentido, diante da pressão modernizadora do capitalismo fica implícito conflitos. De um lado um mundo regido sob a égide do discurso comum da solidariedade, fraternidade e unidade; com discurso e identidade que se combinam aos objetivos mais nobres de produção e reprodução da vida, concretizando crenças, valores e práticas socioterritoriais nas quais o coletivo está acima do individual, o que significa apreender a dimensão do “outro subjetivo” como fundamento dessa base coletiva. Do outro lado, a competição, a disputa por emprego, a ideologia do consumismo, e as alterações nas relações de convivência impactadas pela internet e as alterações no sistema produtivo pelo avanço da monocultura, por exemplo, a plantação de eucalipto.

Assim, a formação do povoamento no norte do Tocantins, pela leitura da tríade: território, discurso e identidade pode ser entendida enquanto processo contraditório, pois contempla seguimentos sociais que resistem aos padrões de modernização, considerando a cultura sertaneja como marca da herança educativa. Este território simples, por ser corriqueiro e complexo, por ser histórico, traz marcas profundas no seu modo de vida peculiar e ao mesmo tempo é ameaçado em sua ordem original.

Pelas referências teóricas apresentadas concebemos o processo formativo no Bico do Papagaio em sua dimensão histórica, política e econômica e, também, o entrelaçamento entre teoria e prática. Após esse exercício, sinalizamos a continuidade desta linha de pensamento, uma vez que o exercício da dúvida compõe a construção do conhecimento e instiga a busca por novos olhares, outra análise, outra abordagem.

Referências Bibliográficas

AUDRIN, Frei José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. (Coleção Documentos Brasileiros).

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 10 ed. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 2010. p. 91-135.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2002. p. 33-76.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**: Sete Barracas em busca de um elo. 2. ed. Imperatriz-Ma: Ética Editora, 2000.

_____ Brasil: **500 anos de luta pela terra**. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes. Disponível em <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>

LIRA, Elizeu Ribeiro (2011). **A gênese de Palmas - Tocantins. A geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 4 ed. São Paulo, Hucitec, 1990. 157p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

RATZEL, F. **Geografia**. Organizador: Antonio Carlos Robert Moraes. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo. Editora Ática S. A, 1990.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo, Hucitec, 1996.